

ANÁLISE DE CONJUNTURA: POLICRISES, DEMOCRACIA E DISPUTAS PELO FUTURO

*Current Affairs Analysis:
Polycrises, democracy, and disputes over the future*

Ivanir Antonio Rodighero**

ivanirantonio.itepa@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-2195-3252>

**Presbítero da Arquidiocese de Passo Fundo (RS), licenciado em Filosofia pela Universidade de Passo Fundo (1982) e bacharel em Teologia pelo Instituto de Teologia e Pastoral de Passo Fundo (Itepa). Possui especialização em Epistemologia das Ciências Sociais (1993) pela UPF e mestrado em Teologia Dogmática pela Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção (1995). É coordenador e professor do Bacharelado em Teologia da Itepa Faculdades

A revista **Teopraxis** entrevista o sociólogo e educador Eduardo Brasileiro para refletir sobre a conjuntura atual, os desafios políticos e as perspectivas das eleições de 2026, destacando a importância da reflexão crítica e da participação responsável da Igreja Católica na vida pública. Eduardo Brasileiro atua nas áreas de Sociologia, Economia e Religião. É doutorando em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, onde também concluiu o mestrado, e desenvolve pesquisas e processos de formação política voltados às políticas públicas, economias populares e desenvolvimento territorial. Integra a iniciativa Economia de Francisco e Clara, participando de articulações e propostas que buscam promover justiça socioeconômica, o bem viver e alternativas econômicas solidárias, em sintonia com a inspiração do Papa Francisco. Além da atuação acadêmica, é autor e articulista, com publicações sobre outras economias e amizade social, destacando-se o livro “Outra economia possível: a proposta de Francisco” (2024), no qual apresenta reflexões e caminhos para uma economia mais humana e inclusiva.

Revista Teopraxis – Vivemos um tempo marcado por rápidas transformações políticas, econômicas, tecnológicas e culturais, acompanhado por



Este artigo está licenciado com a licença:
Creative Commons Attribution-
NonCommercial No Derivatives 4.0 Inter-
national License

crises ambientais, sociais e institucionais que parecem interligadas. Muitos analistas falam em policrise, crise de sentido e fragilidade da democracia. Como interpreta o momento histórico que vivemos e quais são os principais desafios para o futuro da sociedade e da participação democrática?

Eduardo Brasileiro – O tempo histórico atual tem sido caracterizado por muitos analistas como uma era de **policrises**, isto é, um conjunto de crises interligadas que se reforçam mutuamente. Não se trata apenas de dificuldades isoladas, mas de tensões simultâneas nos campos político, econômico, social, ambiental e cultural. O pensador Edgar Morin destaca que a complexidade do mundo contemporâneo faz com que as crises não possam mais ser compreendidas separadamente, pois cada uma delas influencia e agrava as demais. Assim, conflitos geopolíticos afetam a economia, que por sua vez intensifica desigualdades sociais, gerando instabilidade política e ampliando desafios ambientais.

Contudo, há uma crise que está na raiz de todos esses desdobramentos: o capitalismo em sua fase neoliberal e financeirizada, denota uma **crise político-econômica**. O que percebemos como mudanças rápidas nas tecnologias, nas relações de trabalho e nas dinâmicas internacionais na verdade, são reflexos de um processo ordinário de precarização das relações de vida. Não há magicamente uma realidade nos empurrando, o que há é um movimento organizado que retira direitos e apropria-se do comum em benefícios individuais e/ou de pequenos clãs familiares. Estes drenam a riqueza socioambiental do mundo para seus interesses e há uma dificuldade em denunciá-los e popularizar uma visão de mundo oposta ao governo deles.

Além disso, observa-se uma profunda **crise de sentido**, marcada pela dificuldade de encontrar referências éticas e culturais comuns. A fragmentação das narrativas sociais, o excesso de informações e a incapacidade de termos espaços para o fomento à reflexão. A redução de espaços comunitários, de organizações da sociedade civil enfraquecidas, atinge diretamente o sentido da vida, que não é alcançado pelas pessoas, o que dificulta a garantia de consensos mínimos. Tal situação repercute diretamente na democracia, que enfrenta desafios como a desconfiança nas instituições, o crescimento de discursos radicais e a dificuldade de diálogo. Muitos cidadãos sentem-se distantes dos processos decisórios, o que enfraquece a participação e a legitimidade das estruturas democráticas.

Por fim, essa policrise também se manifesta como **crise de futuro**. A incerteza diante das mudanças climáticas, das transformações tecnológicas e das desigualdades globais dificulta a construção de horizontes compartilhados. As juventudes também são afetadas por uma crise de futuro, que envolve lidar com um mundo colapsado pela crise socioambiental, climática e com o aumento das guerras. Não é que as guerras tenham algum dia acabado, mas essa “guerra mundial aos pedaços”, como afirmou Papa Francisco (Vaticano, 2022), aponta para milhares de vidas sendo atingidas em contextos diferentes. Compreender o tempo histórico como complexo e desafiador é, portanto, o primeiro passo para discernir caminhos que promovam esperança e responsabilidade coletiva.

Teopraxis – Diante das transformações geopolíticas atuais, é possível afirmar que a hegemonia dos Estados Unidos está em crise? Quais sinais indicam essa mudança e quais consequências ela traz para a América Latina?

Eduardo – A análise do cenário internacional se desdobra a partir da crise da hegemonia dos EUA - comercial, bélica e cultural. Esse processo se expressa no crescimento de novos polos de poder — como China e blocos regionais como BRICS — e na diminuição da capacidade estadunidense de definir unilateralmente as regras do comércio global. Nesse contexto, o neoliberalismo, motor central da economia política desde o consenso de Washington, passa por uma fase de ameaça, na qual se intensificam disputas geopolíticas, comerciais e tecnológicas. Os EUA vendo-se ameaçado gesta um nacionalismo de extrema direita aliado ao racismo e misoginia a expandir-se no cenário político com Donald Trump. Esse cenário revela um período que intensifica conflitos, avança ameaças à soberania dos países e, como em casos extremos como o da Venezuela, até mesmo sequestro de Presidentes e saque das reservas mundiais de Petróleo.

Outro elemento dessa crise é o enfraquecimento dos organismos multilaterais, como a Organização das Nações Unidas. Esse espaço sempre teve uma inclinação política aos interesses do Norte Global. Contudo, se logrou êxitos em organizar a cooperação internacional, mesmo com tantos massacres e conflitos regionais ocorrendo. Porém, desde o genocídio do povo Palestino de 2024-2025 causado por Israel e autorizado pelos EUA, se compreende a falha completa deste espaço e se confirma que é preciso um novo pacto global das nações, sobre bases sólidas de que é preciso superar a cultura fascista no mundo protagonizada por líderes de extrema direita.

Nesse contexto, as políticas fiscais e econômicas norte-americanas são interpretadas como estratégias para recuperar protagonismo e chamar a atenção do sistema internacional para si. Medidas como sanções econômicas, tarifas comerciais e pressões financeiras funcionam como instrumentos geopolíticos, buscando reafirmar liderança e conter o avanço de outros atores. Tais iniciativas, porém, também geram tensões diplomáticas e ampliam a fragmentação do sistema global, reforçando a ideia de uma hegemonia em disputa.

Teopraxis – Como o senhor analisa o avanço de setores da extrema-direita no cenário internacional e suas possíveis implicações para a democracia e os processos eleitorais?

Eduardo – O avanço de setores da extrema-direita em diversas partes do mundo tem sido analisado por estudiosos como parte de uma cultura política com traços autoritários, por vezes associados a elementos do fascismo histórico. O chamado “trumpismo”, vinculado à liderança de Donald Trump, é frequentemente interpretado como expressão desse fenômeno, marcado por nacionalismo exacerbado e desconfiança das instituições democráticas. Nesse contexto, alguns analistas retomam a Doutrina Monroe, sintetizada na ideia de “América para os americanos”, como referência histórica para compreender discursos que defendem a primazia dos interesses dos Estados Unidos sobre outras regiões, especialmente a América Latina.

Essa perspectiva também levanta debates sobre possíveis interferências externas em processos políticos, inclusive nas eleições do Brasil. Ademais, os interesses econômicos e tecnológicos no Brasil são gritantes, a partir das reservas de terras raras que detêm minérios centrais para energia, mobilidade, e outros bens essenciais. E, uma reprodução colonialista ainda é ver os países do Sul Global como detentores dessas matérias primas, enquanto em seus territórios não há exploração de terras, nem de culturas e territórios. Analistas apontam que o uso das redes

sociais, campanhas digitais e alianças ideológicas transnacionais podem influenciar a opinião pública e intensificar a polarização. Ainda que essas interferências sejam difíceis de comprovar de forma direta, o fenômeno da circulação global de narrativas políticas demonstra como a política contemporânea ultrapassa fronteiras nacionais, criando ambientes de disputa simbólica que impactam os processos democráticos.

No plano internacional, alguns críticos interpretam o Sionismo, em determinadas políticas governamentais, como associado a práticas que resultam em violência estrutural contra o povo da Palestina. Essa leitura é objeto de intensos debates acadêmicos e políticos, pois envolve diferentes interpretações históricas e geopolíticas do conflito. O tema evidencia como disputas territoriais, identitárias e religiosas se articulam com interesses estratégicos globais, produzindo impactos humanitários e polarização internacional.

Por fim, a noção de necropolítica, desenvolvida pelo filósofo Achille Mbembe, ajuda a compreender contextos nos quais o poder decide, direta ou indiretamente, “quem pode viver e quem pode morrer”. Essa categoria tem sido aplicada por pesquisadores para analisar realidades de violência estrutural, como em áreas periféricas, onde a desigualdade social, a ação policial e a presença do crime organizado produzem altos índices de mortalidade. Nesse sentido, a necropolítica avançou nos últimos anos a partir destas lideranças.

Teopráxis – Poderia explicitar o que significa a chamada distopia ecosocial e como ela se relaciona com a crise climática, o modelo neoliberal e os limites do atual desenvolvimento

Eduardo – A noção de distopia ecosocial caracteriza o momento histórico em que as crises ambiental e social se entrelaçam de forma profunda, revelando os limites do atual capitalismo neoliberal. Segundo essa perspectiva, o crescimento econômico baseado na exploração intensiva dos recursos naturais e na concentração de renda produziu avanços tecnológicos, mas também ampliou desigualdades e fragilizou os ecossistemas. O paradigma desenvolvimentista (Svampa, 2019), centrado no consumo e na expansão ilimitada, entra em choque com a finitude dos bens naturais, mostrando que a lógica econômica dominante não é sustentável no longo prazo. Então, é possível pensar em outra tecnologia atrelada ao bem viver com o planeta?

Nesse contexto, a crise climática é interpretada como resultado direto das dinâmicas estruturais do capitalismo global, frequentemente associada ao conceito de Capitaloceno (Moore, 2022). Essa leitura enfatiza que a degradação ambiental não decorre apenas da ação humana genérica, mas de um modelo específico de produção e consumo que prioriza o lucro, dominação, exploração e a acumulação. Essa lógica intensifica o desmatamento, a exploração mineral predatória e a emissão de gases de efeito estufa, evidenciando a necessidade de repensar as bases da economia e promover alternativas que valorizem a sustentabilidade, a solidariedade e o bem viver.

Outro aspecto importante diz respeito aos limites das Conferências das Partes (COPs) e da governança global ambiental. Embora esses espaços sejam fundamentais para o diálogo internacional, muitas vezes apresentam resultados aquém da urgência climática. As negociações entre países com interesses econômicos divergentes dificultam compromissos mais robustos e vinculantes. Assim, segundo essa análise, as COPs acabam revelando as tensões entre crescimento

econômico e proteção ambiental, demonstrando que a governança global ainda enfrenta dificuldades para implementar mudanças estruturais capazes de enfrentar a crise ecológica.

Por fim, a distopia também se manifesta como oportunidade quando se reconhece que na desigualdade socioambiental, as populações que menos contribuem para a poluição são as que mais sofrem seus efeitos, é também a partir dessas populações mais atingidas que precisa se reconstruir um novo pacto ecosocial. Construindo novas arquiteturas que atrelam biomas e seus ecossistemas à vida de comunidades e territórios. Comunidades pobres, povos tradicionais e regiões periféricas enfrentam secas, enchentes e insegurança alimentar com maior intensidade, apesar de terem menor participação nas emissões globais. Essa realidade evidencia a dimensão ética da crise ecológica, exigindo políticas públicas e compromissos internacionais baseados na justiça socioambiental. Dessa forma, enfrentar a crise climática implica não apenas mudanças tecnológicas, mas também uma transformação do modelo econômico e das relações sociais, colocando a dignidade humana e o cuidado com a Casa Comum no centro das decisões.

Teopráxis – Como compreender o papel das Big Techs – são as gigantescas corporações de tecnologia que dominam o mercado global – no mundo atual e quais riscos a plataformação da vida e o chamado tecnofeudalismo representam para a democracia?

Eduardo – O debate sobre o poder das grandes empresas de tecnologia parte de um avanço estrutural do capitalismo no monopólio digital. Nesse cenário, as chamadas Big Techs concentram dados, infraestrutura digital e capacidade de mediação social, exercendo influência significativa sobre a economia e a cultura. Esse fator é agravado pela perda de protagonismo do Estado no controle das tecnologias, e o avanço de grandes setores tecnológicos, com uso de recursos públicos da mesma monta que qualquer empresa estatal. Esse fenômeno não se limita ao campo tecnológico, mas alcança dimensões políticas e sociais, configurando novas formas de poder. A dependência crescente dessas plataformas digitais revela que a vida cotidiana — trabalho, comunicação, consumo e relações sociais — passa a ser mediada por poucas corporações globais.

Essa realidade está ligada ao processo de plataformação da vida, no qual atividades antes presenciais ou descentralizadas tornam-se organizadas por aplicativos e sistemas digitais. Esse movimento redefine relações de trabalho, intensifica a precarização em alguns setores e amplia a vigilância por meio da coleta massiva de dados. Além disso, os algoritmos que organizam conteúdos e interações passam a moldar comportamentos, preferências e até percepções de realidade, criando bolhas informacionais que limitam o diálogo e reforçam polarizações.

Outro ponto central é a chamada captura da democracia por algoritmos. A circulação de informações não depende apenas do debate público, mas também de critérios automatizados que priorizam engajamento e visibilidade. Segundo essa análise, tais mecanismos podem favorecer conteúdos mais emotivos ou polarizadores, impactando processos eleitorais e a formação da opinião pública. A desinformação, nesse ambiente, torna-se uma estratégia política eficaz, pois conteúdos falsos ou distorcidos circulam rapidamente e influenciam percepções coletivas antes que possam ser verificados.

Por fim, esse conjunto de fatores contribui para a fragilização do debate público. A predominância de narrativas simplificadas, a violência e a circulação de desinformação dificultam o diálogo democrático e a construção de consensos mínimos. Acredito que para enfrentar esse desafio exige-se fortalecer a educação midiática, promover regulação democrática das plataformas, incentivar práticas comunicativas baseadas na ética e na responsabilidade social e reassumir o protagonismo público nas patentes tecnológicas. Assim, a reflexão crítica sobre as Big Techs torna-se essencial para preservar a democracia e garantir que a tecnologia esteja a serviço do bem comum.

Teopráxis – Estamos vivendo uma transição na ordem mundial? Qual o papel dos BRICS, da China e do chamado Sul Global nesse novo cenário?

Eduardo – Compreendo que vivemos um mundo em transição, marcado pela reorganização das forças geopolíticas e econômicas globais. Nesse cenário, há oportunidades e riscos de aprofundamentos dos problemas que já vivemos. O fortalecimento do BRICS e o protagonismo crescente da China evidenciam o deslocamento do centro de poder tradicional. A ordem internacional, antes fortemente dominada por países ocidentais, passa a incorporar novos atores com capacidade econômica, tecnológica e política. Essa mudança não significa o fim das potências tradicionais, mas aponta para um sistema mais multipolar, no qual diferentes projetos de desenvolvimento entram em disputa.

Nesse contexto, ganha destaque o chamado Socialismo do Século XXI Chinês (Jabbour, e Gabrielle, A, 2021), modelo que combina planejamento estatal estratégico, economia de mercado regulada e forte investimento em inovação tecnológica. Essa experiência tem despertado interesse porque apresenta resultados expressivos em infraestrutura, redução da pobreza e expansão industrial. Mas o debate não é de importação, o que está em jogo no interesse sobre o modelo chinês é, sobretudo, que todos países, ainda por cima blocos, possam construir outra rota econômica, com enfoque no distributivismo e democracia. O modelo chinês suscita debates controversos sobre democracia para o Ocidente, mas trata-se justamente de outra cultura, não isenta de contradições e desafios. Ainda assim, sua ascensão evidencia que não existe apenas um único caminho de economia política, abrindo espaço para alternativas que dialoguem com realidades históricas e culturais distintas.

Outro elemento relevante é o fortalecimento do chamado Sul Global, expressão que designa países da América Latina, África e Ásia que buscam maior protagonismo internacional. Segundo essa leitura, esses países passam a construir alianças econômicas, comerciais e políticas que ampliam sua autonomia frente às potências tradicionais. A cooperação Sul-Sul, a criação de novos bancos de desenvolvimento e a diversificação das parcerias comerciais mostram que essas nações procuram redefinir sua inserção na economia mundial, reduzindo dependências históricas e fortalecendo projetos regionais.

Por fim, esse mundo em transição é marcado por disputas por um novo modelo de desenvolvimento. Enfatizo que o debate não é apenas econômico, mas também socioambiental e cultural. Diferentes propostas — desde modelos baseados em inovação tecnológica até alternativas orientadas pela justiça social e sustentabilidade — competem por legitimidade. Esse cenário

abre possibilidades para repensar o desenvolvimento a partir do bem comum, da redução das desigualdades e do cuidado com a Casa Comum, indicando que o futuro global dependerá da capacidade de diálogo e cooperação entre diferentes projetos civilizatórios.

Teopraxis – Como o senhor avalia o terceiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva, especialmente no que diz respeito à reconstrução institucional e aos desafios atuais?

Eduardo – O Governo Lula 3 aponta, inicialmente, para um movimento de retomada do papel do Estado e da institucionalidade democrática após um período de desmonte completo das políticas públicas. São três ordens de desmonte: subfinanciamento (precariza e não financia em nome dos “gastos públicos”), revogação/extinção de políticas (muitas políticas deixaram de existir promovendo um abismo socioassistencial como por exemplo o combate à fome) e desvirtuamento para fins próprios (O Bolsa Família, por exemplo, sofreu um inchaço de novos cadastros sem critério). A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva representou a reconstrução de espaços de participação social, a revalorização do diálogo com movimentos populares e a retomada de programas voltados à redução das desigualdades. Nesse sentido, destaca-se a tentativa de reorganizar políticas públicas estruturantes nas áreas sociais, ambientais e de desenvolvimento, com atenção especial aos setores mais empobrecidos.

Ainda nessa perspectiva, a valorização da participação social aparece como elemento importante da atual gestão. Conselhos, conferências e instâncias de diálogo com a sociedade civil são retomados como instrumentos de construção democrática. Esse movimento indica um esforço de reconstrução institucional que busca recolocar os pobres no centro das políticas públicas, reforçando uma concepção de Estado orientado pela justiça social. Essa abordagem procura articular crescimento econômico com inclusão, retomando princípios que marcaram ciclos anteriores de governos democráticos.

Entretanto, a análise também evidencia desafios e limites estruturais do governo. Entre eles, destaca-se a asfixia orçamentária, que restringe a capacidade de investimento público e dificulta a implementação de programas mais amplos devido ao protagonismo tomado pelas emendas parlamentares, em que os parlamentares definem onde executar investimentos e subtraem dos ministérios o poder de planejamento de políticas. Além disso, a composição política ampla, necessária para garantir governabilidade, resulta em ministérios com menor autonomia programática e, em alguns casos, politicamente esvaziados de participação social. Esse quadro revela as tensões entre a necessidade de coalizões parlamentares e a execução de um projeto mais consistente de transformação social.

Por fim, aponto dificuldades adicionais, como a burocratização do Estado e a fragilidade da presença das forças progressistas nos municípios. Os setores populares enfrentam desafios para reconstruir bases locais e promover um novo ciclo virtuoso semelhante ao das gestões democráticas das décadas de 1980 e 1990, marcadas por experiências participativas e inovação em políticas públicas. Assim, o Governo Lula 3 é compreendido como um período de reconstrução importante, mas também de limites reais, exigindo articulação política, mobilização social e criatividade institucional para avançar em reformas estruturais e consolidar um projeto democrático de longo prazo.

Teopráxis – Você menciona três dimensões do capital em conflito com a vida. Poderia explicitar esses desafios e suas implicações para o território, o trabalho e a distribuição da riqueza?

Eduardo – A crise contemporânea pode ser compreendida a partir de três dimensões do capital em conflito com a vida, evidenciando tensões entre a lógica da acumulação e as necessidades humanas e ecológicas. A primeira dimensão refere-se ao capital sobre os territórios, no qual a expansão econômica baseada na exploração intensiva dos recursos naturais entra em confronto com a perspectiva do bem viver. Nesse contexto, o território deixa de ser apenas espaço de produção e passa a ser compreendido como lugar de relações culturais, sociais e ambientais. A noção de ecodependência ressalta que a vida humana está profundamente ligada aos ecossistemas, e que a destruição ambiental compromete a própria sustentabilidade das comunidades, especialmente povos tradicionais e populações rurais.

A segunda dimensão diz respeito ao capital sobre o trabalho, marcado por processos de expropriação e precarização. Segundo essa análise, as transformações produtivas, a flexibilização das relações laborais e a expansão do trabalho informal revelam um modelo que prioriza a eficiência econômica em detrimento da dignidade do trabalhador. Em contraposição, surge a proposta do giro ecoterritorial, que busca reorganizar a economia a partir das realidades locais, valorizando práticas sustentáveis, redes comunitárias e formas de produção que respeitem tanto o meio ambiente quanto os direitos sociais. Essa perspectiva procura articular trabalho, território e sustentabilidade como elementos inseparáveis.

Por fim, a terceira dimensão refere-se ao capital sobre a acumulação e a riqueza, que intensifica a concentração econômica e amplia desigualdades sociais. O predomínio da lógica financeira favorece a acumulação em poucos grupos, enquanto grande parte da população enfrenta dificuldades de acesso à renda e oportunidades. Em contraposição, a relevância da economia popular e solidária, que promove formas coletivas de produção, distribuição e consumo. Essas experiências fortalecem a organização comunitária e valorizam a cooperação, oferecendo alternativas ao modelo dominante.

Assim, as três dimensões — território, trabalho e riqueza — revelam um conflito estrutural entre a lógica do capital e a defesa da vida. A proposta de alternativas como o bem viver, o giro ecoterritorial e a economia popular solidária aponta para caminhos que priorizam a dignidade humana, a justiça social e o cuidado com a Casa Comum. Essa leitura sugere que a superação das crises atuais passa pela reorganização das relações econômicas e pela valorização das iniciativas populares, capazes de construir modelos de desenvolvimento mais justos e sustentáveis.

Teopráxis – A Igreja Católica, especialmente através da Campanha da Fraternidade 2026, tem destacado a questão da moradia. Qual a centralidade desse tema para a democracia e para a dignidade humana?

Eduardo – A centralidade da moradia como questão ética, política e social ganha novo impulso com a Campanha da Fraternidade 2026, promovida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, ao afirmar a habitação digna como expressão concreta do compromisso com a justiça social. Nesse horizonte, a moradia deixa de ser compreendida apenas como necessidade material e

passa a ser reconhecida como direito humano fundamental, diretamente relacionado à dignidade da pessoa e à qualidade da democracia. A ausência de condições adequadas de habitação revela desigualdades estruturais profundas e impõe limites reais ao exercício de outros direitos, como saúde, educação e trabalho.

Ao mesmo tempo, enfrentar o déficit habitacional exige mais do que a construção de unidades: requer a consolidação de políticas públicas estruturantes, articuladas e participativas. Nesse sentido, a promoção de políticas de habitação passa por fortalecer a governança intersetorial e democrática. A criação de uma instância nacional de mediação de conflitos fundiários urbanos — envolvendo os três poderes — é um passo estratégico para lidar com disputas recorrentes em territórios vulnerabilizados, como no caso emblemático da Favela do Moinho. Essa instância pode contribuir para soluções pactuadas, evitando remoções forçadas e garantindo o direito à moradia com justiça social.

Além disso, é fundamental avançar na organização de um grupo nacional voltado à destinação de áreas públicas para habitação popular, articulando órgãos como DPU, INSS e SPU. Hoje, apesar de existirem iniciativas estaduais, falta uma coordenação nacional que permita planejar o uso social de imóveis públicos de forma integrada. Um mapeamento nacional desses imóveis — estimados em milhões em todo o país — pode subsidiar políticas mais eficazes e transparentes, ampliando o acesso à terra urbanizada.

Outro eixo essencial é o fortalecimento e a visibilidade de programas já existentes, como o Minha Casa Minha Vida entidade, que valoriza a autogestão e o protagonismo dos movimentos sociais na produção habitacional. Paralelamente, iniciativas inovadoras como o programa Moradia Cidadã, inspirado no modelo Housing First, apontam caminhos para enfrentar a situação da população em situação de rua, reconhecendo a moradia como ponto de partida para a reconstrução de vínculos e acesso a direitos.

Por fim, a centralidade da moradia também se expressa na disputa pelo orçamento público, como no debate do orçamento de 2027, que deve priorizar investimentos em habitação de interesse social. Garantir recursos adequados é condição indispensável para transformar diretrizes em políticas efetivas.

Assim, a promoção de políticas de habitação, inspirada pelos valores da Campanha da Fraternidade 2026 e pela Doutrina Social da Igreja, articula-se com a construção de cidades mais justas, inclusivas e democráticas. Trata-se de reconhecer que o direito à moradia é, ao mesmo tempo, fundamento da dignidade humana e pilar de uma democracia que se realiza concretamente na vida das pessoas, especialmente das mais

Teopraxis – Considerando as próximas eleições e a necessidade de um projeto de país, quais elementos o senhor considera fundamentais para a construção de um novo ciclo democrático e popular?

Eduardo – Para um projeto de país comprometido com a dignidade humana e o bem comum, alguns eixos estruturantes tornam-se fundamentais. Inspirado em reflexões como tradições de pensamento social crítico, é possível sintetizar cinco pontos centrais:

1) Oxigenação da democracia participativa. É necessário fortalecer a democracia para além do voto, ampliando espaços de participação popular, conselhos, fóruns e processos deliberativos. A democracia participativa permite que a população influencie nas decisões públicas, promovendo maior transparência e corresponsabilidade. Esse caminho contribui para superar a crise de representação e construir políticas mais conectadas às necessidades reais do povo.

2) Justiça ecosocial com pactos e articulações transnacionais. Um projeto de país precisa integrar justiça social e sustentabilidade ambiental. A crise climática exige cooperação entre nações e construção de pactos globais que enfrentem desigualdades e protejam a Casa Comum. A justiça ecosocial reconhece que não há desenvolvimento verdadeiro quando comunidades são excluídas ou quando o meio ambiente é degradado.

3) Economia a serviço da vida. A economia deve estar orientada pelo bem comum e não apenas pela lógica do lucro. Isso implica promover trabalho digno, fortalecer economias locais, incentivar a economia popular e solidária e reduzir desigualdades. Uma economia voltada para a vida prioriza as necessidades humanas, a inclusão social e a sustentabilidade. As famílias estão cada vez mais endividadas no mundo (Lazzarato, 2025)

4) Estado orientado por missões, sociedade civil organizada e democratização da comunicação. O Estado precisa assumir papel estratégico na promoção do desenvolvimento, articulando políticas públicas estruturantes. Ao mesmo tempo, a sociedade civil organizada é essencial para controle social e participação cidadã. A democratização da comunicação também se torna indispensável para garantir pluralidade de vozes e fortalecer o debate público.

5) Metodologia educativa: ver, julgar e agir com esperança organizada. Nenhum projeto de país se concretiza sem formação e consciência coletiva. A transformação social exige organização, educação crítica e ação comprometida. Isso implica “ver com nitidez” a realidade, “julgar com compromisso ético” e “agir com esperança organizada”. A educação política e cidadã torna-se, assim, caminho fundamental para mobilizar a sociedade e construir mudanças duradouras.

REFERÊNCIAS

JABBOUR, Elias e, GABRIELE, Alberto. *China: o socialismo do século XXI*. São Paulo - SP: Boitempo, 2021.

LAZZARATO, Maurizio. O governo do homem endividado. São Paulo: N-1 edições, 2017. Disponível em: <https://www.jur.puc-rio.br/wp-content/uploads/2021/08/MAURIZIO-LAZZARATO-O-governo-do-homem-endividado-Cap-2.pdf> Acesso em 28.jul.2025.

MOORE, Jason W. (org). *Antropoceno ou Capitaloceno?: natureza, história e a crise do capitalismo*. São Paulo: Elefante, 2022.

SVAMPA, Maristella. *As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências*. Tradução de Lígia Azevedo. São Paulo: Elefante, 2019.

FRANCISCO. Discurso do Papa Francisco aos representantes pontifícios. Vaticano. Disponível em: <<https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2022/september/documents/20220908-rappresentanti-pontifici.html>>. Acesso em: abr. 2026